

FAUNA

Lei Estadual (SP) 7.407, de 8 de julho de 1991

Proíbe a realização de torneios de tiro ao alvo com sacrifício de aves ou animais

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º Fica proibida a realização de qualquer concurso, competição, torneio, certame, disputa ou treinamento que tenha por finalidade a prática de tiro ao alvo, com sacrifício de aves ou animais.

§ 1º Compete à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública exercer a fiscalização do disposto neste artigo.

§ 2º Ao infrator do disposto neste artigo serão aplicadas as seguintes sanções:

- 1 - multa cujo valor será fixado em regulamento a ser elaborado pelo Poder Executivo.
- 2 - na primeira reincidência o valor da multa será dobrado.
- 3 - na segunda reincidência a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública cassará o alvará de funcionamento da entidade promotora do evento proibido.
- 4 - se pessoa física, deverá pagar multa com o valor decuplicado.

Artigo 2º A Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública ao tomar conhecimento, antecipadamente, da promoção de eventos previstos no artigo 1º, deverá impedir à sua realização.

Artigo 3º Os animais destinados à prática proibida pelo artigo 1º deverão ser confiscados pela Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e destinados:

I - se mortos e em bom estado, à Fundação Parque Zoológico de São Paulo, para servir de alimento aos animais mantidos em cativeiro, ou a entidades filantrópicas que forneçam alimentação gratuita a crianças carentes;

II - se vivos e saudáveis, deverão ser soltos em reservas biológicas estaduais.

Artigo 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de julho de 1991.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO

Pedro Franco de Campos,

Secretário da Segurança Pública

Valdemar Corauci Sobrinho,

Secretário de Esportes e Turismo

Alaôr Caff Alves,

Secretário do Meio Ambiente

Cláudio Ferraz de Alvarenga,

Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 8 de julho de 1991